

Indecisão de Sarney afeta

Arquivo 1º

17/4/88, DOMINGO • 7

da política à economia

Aylé-Salassí

O congelamento dos preços, a moratória, o pacote fiscal, o controle do déficit público, o apoio à pequena e média empresa, o combate à sonegação ou à sabotagem. Esses são apenas alguns dos itens da política econômica que têm contribuído para revelar o comportamento indeciso e ambíguo do presidente José Sarney.

Na área política, essa atitude, que se reflete no enfraquecimento de sua liderança, provocou o desenlace da Aliança Democrática e a debandada do PMDB, obrigando o Presidente a buscar o apoio de um grupo de centro suprapartidário e, portanto, de estabilidade duvidosa.

Contudo, é na área econômica que as consequências são, aparentemente, mais graves. A ambigüidade da personalidade do presidente Sarney enriqueceu especuladores, dentro da nossa fraca economia de mercado, quebrou e ameaça de falência milhares de empresários — não só pequenos e médios, mas também grandes — e permitia que a inflação brasileira viesse a ser "subestimada" pelo Governo em 600% para 1988. Na América Latina, o Brasil só tem comparação na Bolívia, cuja inflação superou a casa dos 2.000%.

A indecisão presidencial está perfeitamente delineada no pacote de medidas de ajuste econômico, esperado e anunciado há mais de 40 dias, e que de concreto só trouxe o congelamento da URP — uma conquista histórica dos trabalhadores, segundo o ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho — e o aumento de 5% no Imposto de Renda dos bancos, o que vinha sendo reclamado há anos e que, mesmo assim, foi colocado de forma úmida.

O roteiro da personalidade insegura do presidente Sarney perde-se no tempo e nos meandros da política provinciana. Mas, na Nova

República, e em particular na área econômica, ele começou a ficar evidente com a rejeição parcial do Plano Nacional de Reforma Agrária e a indecisão na punição aos sabotadores e sonegadores do congelamento do Plano Cruzado. Os "fiscais de Sarney" não viram concretizadas praticamente nenhuma das ameaças de punição feitas pelo Governo sobre casos evidentes ou comprovados de atentado contra a economia popular.

Descontrole

Além disso, ao invés de ouvir o seu ministro da Fazenda, na ocasião Dilson Funaro, Sarney optou por prolongar o sacrificado congelamento para o período posterior às eleições, gerando um descontrole total da economia nas semanas seguintes, e que até hoje apresenta seus reflexos negativos. Sarney perdeu a oportunidade de consagrar na sua administração o único plano econômico original, aparecido ao longo de toda História da República brasileira o chamado cruzado, heterodoxo.

No caso da moratória da dívida externa, o comportamento não tem sido diferente. No período de sua vigência, o Presidente vacila entre mantê-la ou renegociá-la, o que tem lhe valido a perda de apoio de um grande grupo de segmentos políticos mais nacionalistas. De tal forma essa questão está indefinida, que o Brasil já a suspendeu várias vezes e, em seguidas ocasiões, continua ameaçando não negociá-la.

O pacote fiscal, que poderia ter evitado a suspensão da URP para o funcionalismo público e sobre a qual paira a ameaça de extinção também para o setor privado, está esquentando gavetas no Congresso, enquanto o Palácio do Planalto anuncia um grande esforço político para conter os ímpetus inquisitórios da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura

irregularidades na Secretaria de Planejamento.

Sarney prometeu também ajudar as milhares de pequenas e médias empresas criadas no Brasil, como alternativa para o desemprego. Um número elevado delas está hoje praticamente impossibilitado de manter até mesmo três ou quatro empregados, por causa das dívidas elevadas, contraídas ao sabor do cruzado e agora submetidas à correção das OTNs. Não fica atrás o setor agrícola, fundamental para manter a oferta de alimentos no País e responsável pelo crescimento do Produto Interno Bruto no ano passado, e que amarga, com as elevadas taxas de juros.

O descrédito do Governo, que chegou a atingir taxas de popularidade nunca vistas antes no Brasil, agravou-se ainda mais quando, num ímpeto de provincianismo — porque não havia estudos de viabilidade concluídos —, o Presidente anunciou e insistiu na construção da Ferrovia Norte-Sul, defendendo ainda as Zonas de Processamento de Exportações, projetos que carream a ira dos empresários do Sul.

Assim tem-se desenvolvido o Governo Sarney, defendido, com sinceridade, apenas por um pequeno número de assessores e políticos, alguns dos quais vêm, até mesmo, no comportamento do Presidente atitudes de um estadista, democrático, que compartilha com os demais ministros e políticos as decisões na área econômica.

Essa estratégia lhe valeu a perda de alguns ministros da Fazenda, do Planejamento, presidente do Banco Central e de outras estatais e órgãos do Governo. Mas, nessas trocas ministeriais, para os assessores do Presidente o PMDB é o grande vilão: não tem projeto econômico viável, nem apóia, como se esperava, os do Governo.

Presidente reage e alega tolerância

Conciliação. Esta é a palavra chave do presidente José Sarney e, a cada vez que seus opositores classificam seu comportamento de indefinido, o Presidente reage dizendo que até hoje, em toda a História do Brasil republicano, nenhum Presidente "foi mais tolerante do que eu". Sarney prefere adiar medidas pendentes para esgotar o assunto em amplas discussões do que usar a autoridade que o cargo lhe confere. E rechaça qualquer atitude que possa parecer autoritarismo.

E quando seus amigos se referem a esta questão, o Presidente responde: "Ninguém está acostumado a este esquema no Brasil. Estão habituados ao comportamento autoritário, às decisões sem debates, mas as críticas serão redobradas se não negociamos para chegar a um denominador comum".

E foi por esta razão que o Presidente da República adiou por mais de duas semanas a decisão de congelar a URP. Pessoalmente, ele é contrário à medida. Quando o ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Camarinho se manifestou contrário à medida, o Presidente concluiu que não estava sozinho e decidiu que a medida seria



Furtado: ministro de confiança

aprofundada em conversas, até que se esgotassem todas as dúvidas e os opositores da medida se convencessem da sua necessidade.

Reformas

Sarney também não aceita promover reformas no seu próprio Gabinete sem levar o assunto ao debate. Apesar das pressões que vem recebendo para demitir os

ministros ligados ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB. Prudente, além da sua tendência natural à conciliação, o Presidente Sarney já decidiu que esta mudança ministerial só ocorrerá se houver comprovada infidelidade de seus ministros. E, até agora, está satisfeito com o desempenho de Celso Furtado, da Cultura, Renato Archer, da Previdência Social e Luís Henrique, da Ciência e Tecnologia.

Mas ele não hesitará em tomar as medidas e espera apenas o encerramento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para, com as regras do jogo na mão, desencadear uma nova fase de seu Governo que, embora esperem ser mais "decidida", terá apenas um ingrediente a mais: um novo programa para ser cumprido nos dois anos — espera — que resta de Governo.

Embora rechace esta crítica, o Presidente reconhece que a administração federal não caminha dentro de um mínimo satisfatório. E esta imobilidade, na opinião de Sarney, decorre não da indecisão do Governo, mas, principalmente, das dificuldades naturais que decorrem em qualquer País que viveu um longo período de autoritarismo. (Memélia Moreira)